

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 42/2024
PROCESSO SeMAE nº 48/2024
PROCESSO SICOM nº 3105/2024

O SeMAE torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO (ELETRÔNICO)**, do tipo **Menor Preço Unitário por Item**, através do site <https://compras.empro.com.br/>, pelo sistema "Portal de Compras", objetivando a **Aquisição de atuadores elétricos para reposição dos equipamentos existentes da ETA/Palácio das Águas e EEE Talhado**, que será regida pela Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar 123/06, alterado pela lei complementar nº 147/2014, e Decreto Municipal nº 19.414 de 17 de março de 2023, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	Pregão Eletrônico
Apresentação de Proposta	Até 14/06/2024 às 08h30 (horário de Brasília)
Abertura da licitação	14/06/2024 às 08h35 (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	<input checked="" type="checkbox"/> Menor Preço <input checked="" type="checkbox"/> Unitário por item <input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Maior Desconto <input type="checkbox"/> Total por item <input type="checkbox"/> Total por lote
Modo de Disputa	<input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto/Fechado <input type="checkbox"/> Fechado/Aberto
Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances	R\$ 0,01 (incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta)
Benefícios ME/EPP	Sim. Vide condições no Edital.
Permitida a participação de consórcio	Sim, observadas as normas constantes no art. 15 da Lei 14.133/2021
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	Não
Valor Estimado da Contratação	R\$ 491.255,42 (quatrocentos e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).
Sistema Eletrônico	"Portal de Compras" (https://compras.empro.com.br)
Locais em que serão divulgadas informações sobre o certame	www.riopreto.sp.gov.br ; compras.empro.com.br
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	compras.empro.com.br
Prazo de entrega	90 (noventa) dias, a contar da data de recebimento pela contratada da ordem de fornecimento emitida pelo SeMAE
Prazo de pagamento	30 (trinta) dias do recebimento e aceitação do objeto pelo SeMAE

O Pregão será conduzido pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 75 de 21 de junho de 2023.

ref

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de atuadores elétricos para reposição dos equipamentos existentes da ETA/Palácio das Águas e EEE Talhado**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo 2 deste edital.

1.2. O critério de julgamento será o indicado no preâmbulo e quando da licitação dividida em lotes ou em lote único formados por mais de um item, o licitante poderá participar em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote escolhido.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico do "Portal de Compras" (<https://compras.empro.com.br>).

2.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico do "Portal de Compras" (<https://compras.empro.com.br>), através de manifestação de operador formalmente designado.

2.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

2.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao "Portal de Compras" (<https://compras.empro.com.br>) ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5. O licitante se compromete a:

2.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

2.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

2.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta do "Portal de Compras" (<https://compras.empro.com.br>), utilizar o suporte técnico através do telefone (17) 3201-1234 ou através do e-mail portalcompras@empro.com.br.

2.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.9.1. será aplicado os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas e às empresas de pequeno porte que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.10. O(s) item(ns) e lote(s) de valor(es) estimado(s) até R\$ 80.000,00 e aquele(s) relacionado(s) a aquisição de bem(ns) de natureza divisível, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 poderão ser exclusivos ou poderão contar com cota de até 25% exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposição constante no quadro e constante do preâmbulo deste edital e Termo de Referência.

2.11. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:

ref

- 2.11.1. que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.11.2. agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021;
- 2.11.3. entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil –OSC, atuando nessa condição;
- 2.11.4. Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, em caso de itens destinados à participação exclusiva de empresas nessa condição.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 3.3.1. Se fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
 - 3.3.2. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 3.3.3. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
 - 3.3.4. A falsidade da declaração de que trata o item 3.3.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 3.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:
 - 4.1.1. valor unitário ou total ou desconto do item;
 - 4.1.2. Quando a proposta for em valor, essa deverá ser em moeda corrente (Real), com até duas casas decimais após a vírgula;
 - 4.1.3. Marca e/ou procedência (podendo ser registrado marca própria).
 - 4.1.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 4.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de acordo com a Súmula 10 do TCE/SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos

ref

últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006).

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.10.1. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do pregoeiro em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.

5.9. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração mínima de vinte minutos e será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo pregoeiro através do sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de prorrogação automática pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.9.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.9, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, da última prorrogação automática para o item.

5.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração no mínimo de vinte minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada

ref

a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.11.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.11 poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.11.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de vinte minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos três minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de três minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de desconto, conforme o caso.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema do pregão.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se

ref

manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.18.2. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. No caso de licitação por lote, a contratação posterior de item específico que compõe o lote serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.

5.19.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.

5.19.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.6. **O pregoeiro poderá solicitar ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 1 (uma) hora, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares (prospectos/folders/catálogos), quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.**

5.19.7. Conforme o critério de julgamento, poderá ser exigida a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.19.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.21. **A qualquer momento, o pregoeiro poderá suspender a sessão por prazo a ser informado no chat.**

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, disponíveis em <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>;

6.1.2. Bolsa Eletrônica de Compras SP (e-sanções), disponíveis em https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx e

6.1.3. Sistema de Certidões APF do Tribunal de Contas da União e, disponíveis em <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade

ref

do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. contiver vícios insanáveis;

6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de serviços de engenharia, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.

6.7. Se mesmo com as comprovações apresentadas pela licitante ainda houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação, também não podendo ser alterado o marca e modelo ofertados

6.8.1. ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos os documentos previstos no Anexo 5 deste edital.

7.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como **válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.4. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação e os produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

7.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7. Os documentos do licitante exigidos para habilitação, deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 1 (uma) hora, prorrogável por igual período, uma única vez, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, juntamente com a proposta readequada conforme disposto no item 5.19.6.

7.7.1. Excepcionalmente, os documentos poderão ser enviados por e-mail por solicitação do Pregoeiro, mediante comunicação via chat.

7.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 para:

7.8.1. A complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

ref

7.8.2. A atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.9. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.10. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizado o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.

7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.7.**

7.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo 5, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.

7.13. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

7.14. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

7.15. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 15 (quinze) minutos, sob pena de preclusão;

8.2.2. prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;

8.2.3. prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

ref

9. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 71, IV da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

9.1.1. O certame apenas será homologado/adjudicado para as pessoas jurídicas que atuarem no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

9.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

9.3. Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

9.4. Juntamente com o instrumento contratual, a empresa deverá assinar o Termo de Ciência e de Notificação e apresentar o comprovante de cadastro no CadTCESP.

9.5. A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, sendo que este disposto se aplica inclusive aos licitantes remanescentes, que não aceitarem a convocação, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. fraudar a licitação;

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

ref

- 10.2.2.** multa;
- 10.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.3.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.3.1.** para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15%.
- 10.3.2.** para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30%.
- 10.4.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.5.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.
- 10.7.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.8.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.9.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.10.** recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.11.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1.** Qualquer pessoa cadastrada no Portal de Compras (compras.empro.com.br) é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.
- 11.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário do sistema "Portal de Compras", cujo relógio é parte integrante da tela do

ref

site, obedecendo sempre o horário de Brasília.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. Desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.9. Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial do órgão promotor da licitação e na plataforma eletrônico do pregão.

12.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo 1 – Estudo Técnico Preliminar

Anexo 2 - Termo de Referência

Anexo 3 – Planilha de valores de referência - SeMAE

Anexo 4 – Modelo de Proposta Comercial - Licitante

Anexo 5 – Documentos de Habilitação

Anexo 6 – Modelo de Declarações

Anexo 7 – Modelo de Declaração art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021 (ME/EPP)

Anexo 8 – Folha de dados

Anexo 9 – Minuta do Contrato

Anexo 10 – Termo de Ciência e Notificação (TCE-SP)

São José do Rio Preto-SP, 15 de maio de 2024.

Fábio Augusto Zambon Furlan
Diretor Interino do Departamento de Sistema de Água

ref

JUSTIFICATIVA

Informamos que no edital do **Pregão Eletrônico 42/2024** optamos por não fazer na modalidade Licitação Diferenciada, prevista no inciso I do artigo 48 da Lei Complementar 147/2018, em face do produto a ser adquirido. Tal produto, em regra, é vendido por grandes empresas, gerando vantagem econômica para a autarquia, conforme previsto no inciso III do artigo 49 da citada lei.

Fábio Augusto Zambon Furlan

Diretor Interino do Departamento de Sistema de Água

ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

OBJETO: Aquisição de atuadores elétricos para reposição dos equipamentos existentes da ETA/Palácio das Águas e EEE Talhados.

1. DA UNIDADE REQUISITANTE: DSA - Diretoria de Sistemas de Água, Coordenadoria de Manutenção Eletromecânica Água.

2. DA NECESSIDADE E DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inc. I): Atuadores Elétricos são equipamentos eletromecânicos que permitem motorização de válvulas, comportas e outros equipamentos similares. O atuador elétrico pode ser acoplado através de unidades de adaptação ou redutores. Sua principal função é o controle do movimento da haste da válvula. A estação de tratamento de água - ETA do SeMAE atualmente possui 117 conjuntos de eletroválvulas instalados com atuadores elétricos da marca Coester nos sistemas de captação, tratamento e recalque de água. Já na estação elevatória de esgoto - EEE de Talhados do SeMAE existem 05 conjuntos de eletroválvulas instalados nos sistemas de entrada, pulmão, cesto de coleta, gradeamento e poço de sucção.

Conforme descrito acima, são diversos equipamentos que utilizam atuadores elétricos, mas não há disponibilidade de equipamentos reservas para eventual necessidade de manutenção ou substituição dos equipamentos em operação, sendo assim a aquisição se faz necessária para garantir a operação de captação, tratamento e recalque de água assim como recalque de esgoto do município de São José do Rio Preto, visto que os atuadores são equipamento construídos de acordo com as dimensões das válvulas existentes, que por sua vez são das mesmas dimensões das tubulações existentes nas unidades do SeMAE.

3. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO E DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES – PCA (art. 18, §1º, inc. II):

Um modelo de equipamento destinado para a DSE estava previsto no item 188 do PCA. Porém, existem equipamentos que são destinados à DSA que não estavam previstos para o ano de 2024, pois tratava-se de uma aquisição a ser realizada em 2025 mas, devido a danos prematuros nos equipamentos, foi verificada a necessidade de antecipar a aquisição dos atuadores para que a operação dos sistemas da ETA não seja prejudicada.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. As Contratações decorrentes deste procedimento licitatório, serão formalizadas mediante **contratos**, estando sujeitos à disciplina da **Lei nº. 14.133/21**.

4.2. As entregas observarão os quantitativos dispostos na planilha constante no Anexo III.

4.3. O Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº. 14.133/21.

4.4. É vedada, a subcontratação total ou parcial do objeto.

5. DA ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, inciso IV)

Foram levantados os quantitativos de todos os modelos e quantidades dos atuadores instalados no SeMAE, conforme apresentado na tabela abaixo.

ATUADORES DA ETA/EEE TALHADOS	
MODELOS	QTDE.
CSM6	2
CSR12M	16
CSR16T	13
CSR25M	20
CSR50M	3
CSR6T	68
TOTAL	122

Dentre os modelos instalados, foram verificados os atuadores mais críticos em caso de danos, que são os modelos CSR6T, CSR16T e CSR25M. E para cada modelo existem variantes nas especificações técnicas. Também foi verificada a possibilidade de intercambialidade entre os modelos instalados para otimizar a aquisição, no entanto, existem características físicas e de especificação que impedem a substituição de um modelo instalado por outro. Dessa forma, foi estimada a aquisição de pelo menos uma unidade de cada modelo/variante que são indispensáveis para a operação dos sistemas do SeMAE, obtendo-se a relação disponível no termo de referência.

6. DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA (AQUISIÇÃO COM ENTREGA PARCELADA) – (art. 18, §1º, inc. V):

Os equipamentos a serem adquiridos são equipamentos de reposição, devendo obedecer as mesmas características dos equipamentos já em operação na planta do SeMAE, visando a rápida manutenção em caso de necessidade de substituição, dessa forma, foram realizadas cotações no mercado dos equipamentos dos mesmos modelos instalados da fabricante COESTER.

7. DA ESTIMATIVA DE VALORES - ORÇAMENTO (art. 18, §1º, VI): O orçamento detalhado foi elaborado, conforme Pesquisa de Mercado, traduzida na Planilha constante no Anexo III, onde também se encontram as propostas encaminhadas pelas empresas.

8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 18, §1º, VII)

A solução envolve a aquisição dos equipamentos sobressalentes para estoque e substituição imediata para restabelecimento de sua operação e automação. A inspeção técnica será através de

testes em bancada antes da entrega dos equipamento para o SeMAE e demais exigências conforme Termo de Referência.

9. DA AVALIAÇÃO DO PARCELAMENTO OU DA UNIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, VIII):

Por se tratar de um equipamento para reserva, sendo que alguns serão instalados logo após a entrega, optou-se pela entrega unificada para que rapidamente possa ser aplicado nos sistemas em que operam.

10. DOS BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inc. IX):

A presente solicitação de aquisição tem por objetivo estabelecer um estoque mínimo de equipamentos sobressalentes e substituir atuadores danificados para manter operação automatizada dos sistemas de captação, tratamento e recalque da ETA.

11. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES A CARGO DA ADMINISTRAÇÃO: Não há

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES; Não há

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS (Art. 18, §1º, inc. XII) –

Trata-se de aquisição de equipamento, ficando a contratada com a responsabilidade de possíveis impactos ambientais.

14. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inc. XII):

Diante do exposto, declaramos a viabilidade da contratação, nos termos dispostos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

15. DO ENQUADRAMENTO COMO BENS OU SERVIÇOS COMUNS (Dispensa de projetos – art.

18, §3º): Trata-se de aquisição de equipamentos já existentes na autarquia, não sendo necessária a elaboração de projetos ou emissão de ART/TRT.

São José do Rio Preto, 04 de março de 2024.

FELIPE ABNER ARAUJO DE SOUZA CEZAR
Agente de Saneamento

WILLIAN MASSAO NISHIMURA
Gestor de Saneamento

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Aquisição de atuadores elétricos para reposição dos equipamentos existentes da ETA/Palácio das Águas e EEE Talhados.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

Atuadores Elétricos são equipamentos eletromecânicos que permitem motorização de válvulas, comportas e outros equipamentos similares. O atuador elétrico pode ser acoplado através de unidades de adaptação ou redutores. Sua principal função é o controle do movimento da haste da válvula.

A estação de tratamento de água - ETA do SeMAE atualmente possui 117 conjuntos de eletroválvulas instalados com atuadores elétricos da marca Coester nos sistemas de captação, tratamento e recalque de água.

O sistema de captação/elevatória de água bruta é composto por 03 bombeadores de recalque agrupados com 11 eletroválvulas que possuem objetivo de controlar o fluxo de água de forma automatizadas, possibilitando a seleção de qual das captações serão utilizadas, bem como operações de manutenção e limpeza dos poços de sucção, sendo os modelos de atuadores instalados CSR6T, CSR12M, CSR25M e CSR50M da marca Coester.

O processo de tratamento de água é realizado na ETA e caracterizado como de ciclo completo, composto pelas seguintes fases pré-oxidação, coagulação, floculação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação. A utilização de eletroválvulas durante as etapas permite o controle de vazão através dos diversos módulos de cada processo de tratamento, além de permitir a execução de tarefas de forma automatizada, como a remoção de lodos dos decantadores e a lavagem dos filtros, operações de rotina do processo de tratamento e que antes precisavam ser executadas pela ação direta dos operadores e agora são programadas e realizadas automaticamente. Sendo os modelos de atuadores instalados CSM6, CSR6T e CSR12M da marca Coester.

O sistema de recalque de água tratada da ETA/Palácio das Água é responsável por abastecer os 06 subsistemas, sendo eles Alto Alegre (02 BRs), Maceno (02 BRs), Redentora (02 BRs), Diniz (02 BRs), Boa Vista (04 BRs) e Urano (02 BRs). As eletroválvulas atuam para permitir a operação de cada conjunto motobomba em funcionamento, liberando o fluxo para a adutora de abastecimento de cada sistema, além de garantir a estanqueidade e a continuidade do abastecimento em situações de manutenção, permitindo que sempre uma bomba esteja em operação, sendo os modelos de atuadores instalados CSR6T, CSR16T e CSR25M.

Já na estação elevatória de esgoto - EEE de Talhados do SeMAE existem 05 conjuntos de eletroválvulas instalados nos sistemas de entrada, pulmão, cesto de coleta, gradeamento e poço de sucção, sendo o modelo de atuador instalados CSR6T da marca Coester.

Conforme descrito acima, são diversos equipamentos que utilizam atuadores elétricos, mas não há disponibilidade de equipamentos reservas para eventual necessidade de manutenção ou substituição dos equipamentos em operação, sendo assim a aquisição se faz necessária para garantir a operação de captação, tratamento e recalque de água assim como recalque de esgoto do município de São José do Rio Preto, visto que os atuadores são equipamento construídos de acordo com as dimensões das válvulas existentes, que por sua vez são das mesmas dimensões das tubulações existentes nas unidades do SeMAE, daí a necessidade de aquisição dos modelos especificados nesse documento.

3. DAS DESCRIÇÕES DOS MATERIAIS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações técnicas dos componentes, peças e materiais a serem fornecidos são parâmetros mínimos requeridos. Os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade, em fabricação atual, além de possuírem homologação do INMETRO quando for o caso. Fica expressamente proibido a utilização de componentes de fabricação descontinuada, reformados, devolvidos por terceiros, reprovados pelo controle de qualidade do fabricante e quaisquer outras condições de reaproveitamento de produtos. Alterações de especificações de componentes, peças e materiais não serão aceitas exceto com base em justificativas técnicas por escrito e com autorização expressa do Fiscal do contrato apontado pelo SeMAE.

A Tabela 1 apresenta as quantidades a serem fornecidas com a descrição e respectivas especificações:

Tabela 1: Equipamentos

TABELA I – ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS COMERCIAIS				
ITEM	SICOM	EQUIPAMENTO	DESCRIÇÃO	QTD
1	10999	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR6T 220Vac – 3600RPM Acionamento Válvula Comporta/Guilhotina	Dados do Atuador Elétrico: <ul style="list-style-type: none">- Modelo: CSR6T- Peso: 32Kg- Versão de comando: Inteligente- Protocolo: Modbus RTU- Regime: Modulante Classe III- Tensão: 220Vca- Numero de fases: 03- Frequência: 60Hz- Corrente nominal: 1,02A- Rotação de saída: 42RPM- Tempo de operação: 58s- Número de Voltas: 41- Torque Máximo: 60Nm- Torque de Abertura: 60Nm- Torque de Fechamento: 60Nm- Flange: ISO-5210/11F-10- Acoplamento: Forma A; Dupla Selagem Tempo- Acionamento de válvula tipo Comporta/Guilhotina- Pintura IT:077; Esquema nº 97; Cor: Cinza Claro- Munsell N 6,5; Tipo: PU- Classificação de Área: Tempo IP66/68- Conexões de Entrada: 1x1” +2x1/2” NPT; tamponada- Fechamento: horário- Idioma: Português- Limite de torque: Sensor Eletrônico- Limite de posição: Sensor Eletrônico Dados do Motor: <ul style="list-style-type: none">- Tensão: 220Vac- Potencia: 0,18kW- Rotação: 3600RPM- Classe de Isolação: F- Frequência: 60Hz- Numero de Fases: 03- Corrente nominal: 0,92A- Corrente partida: 4,60A- Tipo: Trifásico de Indução – Rotor de Gaiola- Fator de serviço: 1,00- Regime de serviço: S4- Tempo de rotor bloqueado a quente: 16s	01
2	11000	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR6T 220Vac – 3600RPM Acionamento Válvula Borboleta	Dados do Atuador Elétrico: <ul style="list-style-type: none">- Modelo: CSR6T- Peso: 32Kg- Versão de comando: Inteligente- Protocolo: Modbus RTU- Regime: Modulante Classe III- Tensão: 220Vca- Numero de fases: 03	01

			<ul style="list-style-type: none">- Frequência: 60Hz- Corrente nominal: 1,02A- Rotação de saída: 42RPM- Tempo de operação: 57s- Número de Voltas: 40- Torque Máximo: 60Nm- Torque de Abertura: 40Nm- Torque de Fechamento: 40Nm- Flange: ISO-5210/11F-10- Acoplamento: Forma E; Dupla Selagem Tempo- Acionamento de válvula tipo Borboleta- Pintura IT:077; Esquema nº 97; Cor: Cinza Claro Munsell N 6,5; Tipo: PU- Classificação de Área: Tempo IP66/68- Conexões de Entrada: 1x1" +2x1/2" NPT; tamponada- Fechamento: horário- Idioma: Português- Limite de torque: Sensor Eletrônico- Limite de posição: Sensor Eletrônico- Opcionais: Com anel de centragem F16 <p>Dados do Motor:</p> <ul style="list-style-type: none">- Tensão: 220Vac- Potencia: 0,18kW- Rotação: 3600RPM- Classe de Isolação: F- Frequência: 60Hz- Numero de Fases: 03- Corrente nominal: 0,92A- Corrente partida: 4,60A- Tipo: Trifásico de Indução – Rotor de Gaiola- Fator de serviço: 1,00- Regime de serviço: S4- Tempo de rotor bloqueado a quente: 16s	
3	11001	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR6T 440Vac – 1800RPM Acionamento Válvula Borboleta	<p>Dados do Atuador Elétrico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Modelo: CSR6T- Peso: 32Kg- Versão de comando: Inteligente- Protocolo: Modbus RTU- Regime: Modulante Classe III- Tensão: 440Vca- Numero de fases: 03- Frequência: 60Hz- Corrente nominal: 0,85A- Rotação de saída: 20RPM- Tempo de operação: 31s- Número de Voltas: 10,25- Torque Máximo: 60Nm- Torque de Abertura: 25Nm- Torque de Fechamento: 25Nm- Flange: ISO-5210/11F-10- Acoplamento: Forma E; Dupla Selagem Tempo- Acionamento de válvula tipo Borboleta	01

			<ul style="list-style-type: none">- Pintura IT:077; Esquema nº 97; Cor: Cinza Claro Munsell N 6,5; Tipo: PU- Classificação de Área: Tempo IP66/68- Conexões de Entrada: 1x1” +2x1/2” NPT; tamponada- Fechamento: horário- Idioma: Português- Limite de torque: Sensor Eletrônico- Limite de posição: Sensor Eletrônico Dados do Motor: <ul style="list-style-type: none">- Tensão: 440Vac- Potencia: 0,12kW- Rotação: 1800RPM- Classe de Isolação: F- Frequência: 60Hz- Numero de Fases: 03- Corrente nominal: 0,70A- Corrente partida: 2,40A- Tipo: Trifásico de Indução – Rotor de Gaiola- Fator de serviço: 1,00- Regime de serviço: S4- Tempo de rotor bloqueado a quente: 30s	
4	11002	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR6T 440Vac – 3600RPM Acionamento Válvula Borboleta	Dados do Atuador Elétrico: <ul style="list-style-type: none">- Modelo: CSR6T- Peso: 32Kg- Versão de comando: Inteligente- Protocolo: Modbus RTU- Regime: Modulante Classe III- Tensão: 440Vca- Numero de fases: 03- Frequência: 60Hz- Corrente nominal: 0,91A- Rotação de saída: 42RPM- Tempo de operação: 57s- Número de Voltas: 40- Torque Máximo: 60Nm- Torque de Abertura: 60Nm- Torque de Fechamento: 60Nm- Flange: ISO-5210/11F-10- Acoplamento: Forma E; Dupla Selagem Tempo- Acionamento de válvula tipo Borboleta- Pintura IT:077; Esquema nº 97; Cor: Cinza Claro Munsell N 6,5; Tipo: PU- Classificação de Área: Tempo IP66/68- Conexões de Entrada: 1x1” +2x1/2” NPT; tamponada- Fechamento: horário- Idioma: Português- Limite de torque: Sensor Eletrônico- Limite de posição: Sensor Eletrônico Dados do Motor: <ul style="list-style-type: none">- Tensão: 440Vac- Potencia: 0,18kW- Rotação: 3600RPM	01

			<ul style="list-style-type: none"> - Classe de Isolação: F - Frequência: 60Hz - Numero de Fases: 03 - Corrente nominal: 0,69A - Corrente partida: 3,00A - Tipo: Trifásico de Indução – Rotor de Gaiola - Fator de serviço: 1,00 - Regime de serviço: S4 - Tempo de rotor bloqueado a quente: 12s 	
5	11003	<p>Atuador Elétrico Coester Modelo CSR6T</p> <p>440Vac – 3600RPM</p> <p>Acionamento Válvula Comporta/Guilhotina</p>	<p>Dados do Atuador Elétrico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modelo: CSR6T - Peso: 32Kg - Versão de comando: Inteligente - Protocolo: Modbus RTU - Regime: Modulante Classe III - Tensão: 440Vca - Numero de fases: 03 - Frequência: 60Hz - Corrente nominal: 0,91A - Rotação de saída: 42RPM - Tempo de operação: 174s - Número de Voltas: 122 - Torque Máximo: 60Nm - Torque de Abertura: 60Nm - Torque de Fechamento: 60Nm - Flange: ISO-5210/11F-10 - Acoplamento: Forma A; Dupla Selagem Tempo - Acionamento de válvula tipo Comporta/Guilhotina - Pintura IT:077; Esquema nº 97; Cor: Cinza Claro Munsell N 6,5; Tipo: PU - Classificação de Área: Tempo IP66/68 - Conexões de Entrada: 1x1” +2x1/2” NPT; tamponada - Fechamento: horário - Idioma: Português - Limite de torque: Sensor Eletrônico - Limite de posição: Sensor Eletrônico <p>Dados do Motor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tensão: 440Vac - Potencia: 0,18kW - Rotação: 3600RPM - Classe de Isolação: F - Frequência: 60Hz - Numero de Fases: 03 - Corrente nominal: 0,69A - Corrente partida: 3,00A - Tipo: Trifásico de Indução – Rotor de Gaiola - Fator de serviço: 1,00 - Regime de serviço: S4 - Tempo de rotor bloqueado a quente: 12s 	03
6	11004	<p>Atuador Elétrico Coester Modelo CSR16T</p>	<p>Dados do Atuador Elétrico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modelo: CSR16T - Peso: 37Kg - Versão de comando: Inteligente 	01

		440Vac Acionamento Válvula Borboleta	<ul style="list-style-type: none">- Protocolo: Modbus RTU- Regime: Modulante Classe III- Tensão: 440Vca- Numero de fases: 03- Frequência: 60Hz- Corrente nominal: 0,85A- Rotação de saída: 10RPM- Tempo de operação: 230s- Número de Voltas: 38- Torque Máximo: 160Nm- Torque de Abertura: 155Nm- Torque de Fechamento: 155Nm- Flange: ISO-5210/11F-14- Acoplamento: Forma E; Dupla Selagem Tempo- Acionamento de válvula tipo Borboleta- Pintura IT:077; Esquema nº 97; Cor: Cinza Claro Munsell N 6,5; Tipo: PU- Classificação de Área: Tempo IP66/68- Conexões de Entrada: 1x1" +2x1/2" NPT; tamponada- Fechamento: horário- Idioma: Português- Limite de torque: Sensor Eletrônico- Limite de posição: Sensor Eletrônico Dados do Motor: <ul style="list-style-type: none">- Tensão: 440Vac- Potencia: 0,12kW- Rotação: 1800RPM- Classe de Isolação: F- Frequência: 60Hz- Numero de Fases: 03- Corrente nominal: 0,70A- Corrente partida: 2,40A- Tipo: Trifásico de Indução – Rotor de Gaiola- Fator de serviço: 1,00- Regime de serviço: S4- Tempo de rotor bloqueado a quente: 30s	
7	11005	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR16T 440Vac Acionamento Válvula Gaveta	Dados do Atuador Elétrico: <ul style="list-style-type: none">- Modelo: CSR16T- Peso: 37Kg- Versão de comando: Inteligente- Protocolo: Modbus RTU- Regime: Modulante Classe III- Tensão: 440Vca- Numero de fases: 03- Frequência: 60Hz- Corrente nominal: 0,85A- Rotação de saída: 10RPM- Tempo de operação: 222s- Número de Voltas: 37- Torque Máximo: *180Nm- Torque de Abertura: 180Nm- Torque de Fechamento: 180Nm- Flange: ISO-5210/11F-14	01

			<ul style="list-style-type: none">- Acoplamento: Forma Especial; Dupla Selagem Tempo- Acionamento de válvula tipo Gaveta- Pintura IT:077; Esquema nº 97; Cor: Cinza Claro Munsell N 6,5; Tipo: PU- Classificação de Área: Tempo IP66/68- Conexões de Entrada: 1x1” +2x1/2” NPT; tamponada- Fechamento: horário- Idioma: Português- Limite de torque: Sensor Eletrônico- Limite de posição: Sensor Eletrônico- Opcionais: *Aprovado em pedidos com válvula gaveta AVK (torque de operação 180Nm). Conjunto de saída usinado com quadrado. <p>Dados do Motor:</p> <ul style="list-style-type: none">- Tensão: 440Vac- Potencia: 0,12kW- Rotação: 1800RPM- Classe de Isolação: F- Frequência: 60Hz- Numero de Fases: 03- Corrente nominal: 0,70A- Corrente partida: 2,40A- Tipo: Trifásico de Indução – Rotor de Gaiola- Fator de serviço: 1,00- Regime de serviço: S4- Tempo de rotor bloqueado a quente: 30s	
8	11006	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR25M 440Vac Acionamento Válvula Gaveta	<p>Dados do Atuador Elétrico:</p> <ul style="list-style-type: none">- Modelo: CSR25M- Peso: 42Kg- Versão de comando: Inteligente- Protocolo: Modbus RTU- Regime: Modulante Classe III- Tensão: 440Vca- Numero de fases: 03- Frequência: 60Hz- Corrente nominal: 3,14A- Rotação de saída: 40RPM- Tempo de operação: 66s- Número de Voltas: 44- Torque Máximo: 250Nm- Torque de Abertura: 200Nm- Torque de Fechamento: 200Nm- Flange: ISO-5210/11F-14- Acoplamento: Especial; Dupla Selagem Tempo- Acionamento de válvula tipo Gaveta- Pintura IT:077; Esquema nº 97; Cor: Cinza Claro Munsell N 6,5; Tipo: PU- Classificação de Área: Tempo IP66/68- Conexões de Entrada: 1x1” +2x1/2” NPT; tamponada- Fechamento: horário	01

			<ul style="list-style-type: none">- Idioma: Português- Limite de torque: Sensor Eletrônico- Limite de posição: Sensor Eletrônico Dados do Motor: <ul style="list-style-type: none">- Tensão: 440Vac- Potencia: 1,5kW- Rotação: 1800RPM- Classe de Isolação: F- Frequência: 60Hz- Numero de Fases: 03- Corrente nominal: 3,04A- Corrente partida: 19,50A- Tipo: Trifásico de Indução – Rotor de Gaiola- Fator de serviço: 1,15- Regime de serviço: S4- Tempo de rotor bloqueado a quente: 10s	
--	--	--	--	--

4. DA COMPATIBILIDADE

Por se tratarem de peças sobressalentes, os itens (tabela 1) devem ser obrigatoriamente idênticos aos já existentes na autarquia afim de garantir a fácil substituição, não sendo necessário realizar nenhum tipo de adaptação ou adequação técnica nos equipamentos ou nas instalações do SeMAE.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO SEMAE

- ✓ Prestar todas as informações julgadas necessárias, quando solicitadas.
- ✓ Providenciar as inspeções do fornecimento, com vistas ao cumprimento dos prazos pela CONTRATADA.
- ✓ Efetuar os pagamentos devidos, na forma estabelecida no Edital e seus anexos.
- ✓ Dirimir dúvidas, quando necessário.
- ✓ Rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento executado em desacordo com o contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- ✓ Fornecer o objeto deste Termo de Referência em rigorosa obediência ao Edital e seus anexos, bem ainda às especificações e instruções fornecidas pelo SeMAE.
- ✓ Não promover alteração do fornecimento ou especificações de quaisquer bens, sem a prévia aprovação, por escrito, do SeMAE.

- ✓ Responder, entre outros, por todos os encargos referentes ao uso na fabricação dos bens, de marcas e patentes sujeitas a "royalties" ou encargos semelhantes, usadas por ela para atendimento ao fornecimento ora contratado.
- ✓ Responsabilizar-se, unicamente, pelo fornecimento do objeto desta licitação, respondendo pela qualidade e cumprimento dos prazos.
- ✓ Responsabilizar-se por quaisquer reparações, consertos, alterações, substituições e reposições de todo e qualquer bem que apresente defeito de fabricação, dentro do período de garantia.
- ✓ Cumprir o prazo e condições de entrega do objeto deste Termo de Referência conforme descritos na cláusula 11.

7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Para efeito de julgamento, será considerada vencedora a empresa Licitante que oferecer o **MENOR PREÇO POR ITEM** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, já considerando despesas com inspeção e vistorias, custos diretos, indiretos e acessórios, fretes e transportes, encargos tributários, fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, incidentes sobre o preço.

A Licitante detentora da melhor proposta, deverá fornecer documentação (catálogos) que comprove as especificações técnicas dos materiais/equipamentos exigidas neste termo de referência.

A documentação técnica dos materiais/equipamentos deve conter no mínimo identificação do fornecedor e descrição das especificações técnicas do item, comprovadas através de documentação do fabricante, com catálogos, folders ou manuais, indicando marca, modelo e características. Entende-se por documentação técnica do fabricante: catálogo, folder, certificado ou manual elaborado pelo fabricante; ou documento extraído de consulta realizada pela internet na página oficial do fabricante; neste caso, deverá ser indicado o endereço eletrônico do fabricante, com menção à página onde consta a informação apresentada.

Não será aceito declarações ou quaisquer documentos que não possam ser comprovados de maneira online e/ou presencial, ou seja, a veracidade das informações fornecidas no ato de habilitação deve ser pública e encontrada facilmente nos sites dos fabricantes.

8. DA INSPEÇÃO E TESTES DE FUNCIONAMENTO EM FÁBRICA

Os equipamentos objeto deste Termo de Referência passarão por inspeção e testes de funcionamento em fábrica para comprovação das informações fornecidas na fase de habilitação das propostas com a presença de até 2 (dois) técnicos do SeMAE, devendo a data ser previamente agendada.

A inspeção e testes de funcionamento em fábrica serão realizados pela Contratada com o acompanhamento de técnicos do SeMAE não se limitando a:

- ✓ Inspeção visual e dimensional;
- ✓ Teste de funcionalidade dos circuitos de força e controle;
- ✓ Teste de operação através do comando manual e remoto (Modbus RTU);
- ✓ Teste de isolamento;
- ✓ Operação simulada em bancada;
- ✓ Verificação/medição de torque (simulação de erro);
- ✓ Outros que se fizerem necessários;

Todos os equipamentos e ferramentas de testes deverão possuir atestados de calibração quando aplicáveis.

A CONTRATADA deverá providenciar todas as facilidades para a realização do processo de inspeção e teste de performance o que inclui:

- ✓ Local seguro para elaboração dos ensaios;
- ✓ O local onde ocorrerá a inspeção e teste de performance deverá ser abrigado com iluminação adequada e condições apropriadas de salubridade, garantindo a integridade física dos inspetores, caso não haja atendimento a esta exigência, poderá os fiscais do SeMAE recusar a realização dos testes até que seja satisfeitas as condições adequadas;

A CONTRATADA deverá colocar à disposição dos técnicos do SeMAE seus equipamentos, laboratórios e demais facilidades para o cumprimento do previsto nesta Cláusula conforme roteiro a ser estabelecido e disponibilizar, sempre que necessário, todos os EPI's pertinentes;

A inspeção não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades pela garantia de qualidade do bem, de acordo com as especificações exigidas, bem como pelas perfeitas condições de utilizações.

Além da inspeção e testes de funcionamento em fábrica aqui citados, os materiais estarão sujeitos, se necessários, à outras análises de qualidade por parte da SeMAE ou empresa por ela credenciada a qualquer tempo, antes, durante e após a fabricação. Mesmo no caso de terem sido objeto de inspeção ou testes, o SeMAE poderá, a qualquer tempo, submeter os materiais a ensaios em qualquer laboratório credenciado pelo INMETRO a fim de comprovar a conformidade do produto com as especificações constatada no presente Termo de Referência.

Em caso de não conformidade nos resultados, o SeMAE se reserva o direito de cobrar da CONTRATADA o valor referente ao(s) ensaio(s) independente da troca do bem.

9. DOS CUSTOS E DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO E TESTES DE FUNCIONAMENTO EM FÁBRICA

Todos os custos e despesas de viagem para inspeção ocorrerão por conta da CONTRATADA para até 02 (dois) técnicos indicados pelo SeMAE.

Em até 400 km de distância da sede do SeMAE, o deslocamento poderá ser feito de carro. Acima de 400 km o deslocamento deverá ser efetuado por avião, ida e volta.

A importância relativa aos custos e despesas com a realização dos testes deverá ser descontada em pagamentos de nota(s) fiscal(is), quando houver aceitação e entrega dos equipamentos normalmente, ou em depósito bancário em nome do SeMAE no caso de haver reprova nos testes, necessidade de realização de testes terceirizados com ou sem a entrega dos equipamentos, sujeitos à cobrança judicial se necessário;

Para composição dos custos e despesas, serão observados o disposto na portaria SeMAE 053/2011, publicada em 04/05/2011, editada em 13/11/2018.

Poderá, a pedido da CONTRATADA, ser enviado por e-mail, cópia do relatório de despesas à CONTRATADA, informando os valores dos custos e despesas que serão descontadas no(s) pagamento(s) devido à CONTRATADA quando os equipamentos forem entregues e recebidos normalmente ou cobrados à parte, no caso de equipamentos não recebidos. Para referência e cálculo dos custos, será utilizado a tabela de valores de acordo com o anexo II da portaria SeMAE 053/2011. Considerar despesas de até duas pessoas conforme a tabela da portaria:

Tabela 2: Tabela de valores para viagens

TABELA DE VALORES			
Valores em UFM (Unidade fiscal do município) de São José do Rio Preto vigente ao dia da despesa.			
ITEM	CIDADE COM ATÉ 250 MIL HABITANTES	CIDADE COM MAIS DE 250 MIL HABITANTES	DISTRITO FEDERAL
HOSPEDAGEM	7	9	10
ALIMENTAÇÃO	4	5	6
TRANSPORTE LOCAL	3	5	7

Fonte: Portaria SeMAE 053/2011

UFM é Unidade Fiscal do Município. A taxa é baseada no § 3º do Art. 5º da Lei Complementar nº 158, de 30 de dezembro de 2002, com a nova redação dada pelo Art. 5º da Lei Complementar nº 164, de 28 de abril de 2003.

A UFM vigente em São José do Rio Preto em 2024 é de R\$ 76,69 e está disponível no site <https://novoportal.riopreto.sp.gov.br/secretarias/fazenda>, na aba “Informações”, consultar o campo “O que é UFM”.

10. DA GARANTIA E CONTROLE DE QUALIDADE

A garantia dos materiais/equipamentos deverá ser no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de recebimento pelo SeMAE.

Antes de efetuar as entregas, a Contratada deverá elaborar TERMO DE GARANTIA próprio, com timbre e assinatura do representante legal da empresa constando a obrigação da Contratada de executar todos os serviços de retirada, correção, adequação e devolução/reinstalação dos equipamentos que apresentarem defeitos, durante a vigência da garantia, com responsabilidade de custeio de todas as despesas, inclusive de transporte. Este termo poderá ser enviado diretamente ao SeMAE a/c “Manutenção Eletromecânica - Água” ou digitalizado no e-mail: fcezar@semae.riopreto.sp.gov.br.

11. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

O prazo de entrega será de **até 90 (noventa) dias** após a assinatura, pela Contratada, da ordem de fornecimento emitida pelo SeMAE.

Em casos excepcionais o prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante apresentação de justificativas técnicas com embasamento legal que será avaliada pelo SeMAE,

podendo ou não deferir o pedido. O prazo para apresentação da justificativa deverá ser solicitado no mínimo 07 (sete) dias antes do vencimento do prazo de entrega estipulado na ordem de fornecimento, sob pena de indeferimento automático do pedido e aplicação de dispositivos contratuais.

Os materiais/equipamentos deverão ser entregues no almoxarifado do SeMAE, situado à Rodovia Délcio Custódio da Silva, km 4,5 – São José do Rio Preto, das 8:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira. As despesas com transporte serão por conta da Contratada.

Todos os materiais/equipamentos deverão ser entregues em embalagens que assegurem a sua qualidade tanto na entrega quanto no armazenamento.

12. DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias mediante a entrega, recebimento e aceitação do objeto pelo SeMAE.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto;
- II) Fonte de Recursos: 4 - Próprio;
- III) Programa de Trabalho: 32;
- IV) Elemento de Despesa: 52;
- V) Plano Interno (Item do PCA): 188 (DSE) e DSA deverá ser incluído novo item.

São José do Rio Preto, 11 de março de 2024

FELIPE ABNER ARAUJO DE SOUZA CEZAR
Agente de Saneamento

WILLIAN MASSAO NISHIMURA
Gestor de Saneamento

Anexo III - Planilha de valores referência - SeMAE

Objeto: Aquisição de atuadores elétricos para reposição dos equipamentos existentes da ETA/Palácio das Águas e EEE Talhados.

Item	Equipamento	Quant.	EMPRESA 01		EMPRESA 02		EMPRESA 03		VALORES DO PROCESSO		Valor ref. DSA	Valor ref. DSE
			Valor Unit.	Total do Item	Valor Unit.	Total do Item	Valor Unit.	Total do Item	Valor Unit.	Total do Item		
1	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR6T 220Vac – 3600RPM Acionamento Válvula Comporta/Guilhotina	1	R\$32.803,56	R\$32.803,56	R\$53.421,00	R\$53.421,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	
2	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR6T 220Vac – 3600RPM Acionamento Válvula Borboleta	1	R\$32.803,56	R\$32.803,56	R\$53.421,00	R\$53.421,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	
3	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR6T 440Vac – 1800RPM Acionamento Válvula Borboleta	1	R\$32.803,56	R\$32.803,56	R\$53.421,00	R\$53.421,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	R\$46.862,00	
4	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR6T 440Vac – 3600RPM Acionamento Válvula Borboleta	1	R\$32.803,56	R\$32.803,56	R\$53.421,00	R\$53.421,00	R\$46.862,22	R\$46.862,22	R\$46.862,22	R\$46.862,22	R\$46.862,22	
5	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR6T 440Vac – 3600RPM Acionamento Válvula Comporta/Guilhotina	3	R\$32.803,56	R\$98.410,68	R\$53.421,00	R\$160.263,00	R\$46.862,22	R\$140.586,66	R\$46.862,22	R\$140.586,66	R\$46.862,22	R\$93.724,44
6	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR16T 440Vac Acionamento Válvula Borboleta	1	R\$32.018,86	R\$32.018,86	R\$52.263,19	R\$52.263,19	R\$45.741,22	R\$45.741,22	R\$45.741,22	R\$45.741,22	R\$45.741,22	
7	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR16T 440Vac Acionamento Válvula Gaveta	1	R\$32.018,86	R\$32.018,86	R\$52.977,22	R\$52.977,22	R\$45.741,22	R\$45.741,22	R\$45.741,22	R\$45.741,22	R\$45.741,22	
8	Atuador Elétrico Coester Modelo CSR25M 440Vac Acionamento Válvula Gaveta	1	R\$48.636,00	R\$48.636,00	R\$83.807,20	R\$83.807,20	R\$71.738,10	R\$71.738,10	R\$71.738,10	R\$71.738,10	R\$71.738,10	
			Total do Orçamento	R\$342.298,64	Total do Orçamento	R\$562.994,61	Total do Orçamento	R\$491.255,42			R\$ 397.530,98	R\$ 93.724,44

São José do Rio Preto, 16 de abril de 2024

TIMBRE DA LICITANTE**PREGÃO ELETRÔNICO 42/2024****ANEXO 4 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Atuador elétrico Coester modelo CSR6T 220Vac - 3600RPM Acionamento Válvula Comporta/Guilhotina	UNIDADE	1			R\$ -
2	Atuador elétrico Coester modelo CSR6T Acionamento Válvula Borboleta	UNIDADE	1			
3	Atuador elétrico Coester modelo CSR6T 440Vac - 1800RPM Acionamento Válvula Borboleta	UNIDADE	1			
4	Atuador elétrico Coester modelo CSR6T 440Vac - 3600RPM Acionamento Válvula Borboleta	UNIDADE	1			
5	Atuador elétrico Coester modelo CSR6T 440Vac 3600RPM Acionamento Válvula Comporta/Guilhotina	UNIDADE	3			
6	Atuador elétrico Coester modelo CSR16T 440Vac Acionamento Válvula Borboleta	UNIDADE	1			
7	Atuador elétrico Coester modelo CSR16T 440Vac Acionamento Válvula Gaveta	UNIDADE	1			
8	Atuador elétrico Coester modelo CSR25M 440Vac Acionamento Válvula Gaveta	UNIDADE	1			R\$ -
VALOR TOTAL						R\$ -
VALOR TOTAL DA PROPOSTA : R\$ _____ (DISCRIMINAR O VALOR POR ESCRITO)						
VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (MINIMO DE 60 DIAS - CONFORME O EDITAL)						
CARIMBO/CNPJ DA EMPRESA						
_____, de _____ de 2024						

PREGÃO ELETRÔNICO nº 42/2024
PROCESSO SeMAE nº 48/2024
PROCESSO SICOM nº 3105/2024

ANEXO 5 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E EXIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

A) HABILITAÇÃO JURÍDICA

1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 2;
4. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
5. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

B) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
 - 3.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - 3.2. Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
4. Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social – INSS mediante a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato;
 - 7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
 - 7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
 - 7.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do artigo 90, §2º, da Lei 14.133/21.
8. As certidões requeridas no subitem 3.1 e no item 4 poderão ser apresentadas unificadas, conforme previsto da Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014.

C) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. Certidão negativa de falência, concordata ou em recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
2. Na hipótese da licitante estar em processo de recuperação judicial, deverá apresentar CERTIDÃO POSITIVA emitida pelo juízo competente informando sobre o Plano de Recuperação Judicial Homologado e seu cumprimento a fim de comprovar a viabilidade econômico-financeira da obrigação assumida.

D) OUTRAS COMPROVAÇÕES

1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme Anexo 6, atestando que:
 - 1.1. atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
 - 1.2. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
 - 1.3. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
 - 1.4. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
 - 1.5. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 1.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - 1.7. está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município;
 - 1.8. no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
 - 1.9. no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;
 - 1.10. não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.11 do edital;
 - 1.11. está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

TIMBRE DA LICITANTE

PREGÃO ELETRÔNICO nº 42/2024
PROCESSO SeMAE nº 48/2024
PROCESSO SICOM nº 3105/2024

ANEXO 6 - MODELO DE DECLARAÇÕES

Ao Pregoeiro(a) do Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto de São José do Rio Preto, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na _____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e que:

- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município (endereço eletrônico <https://www.riopreto.sp.gov.br/>);
- No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.11 do edital;
- Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

_____, _____ de _____ de _____
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)

TIMBRE DA LICITANTE

PREGÃO ELETRÔNICO nº 42/2024
PROCESSO SeMAE nº 48/2024
PROCESSO SICOM nº 3105/2024

ANEXO 7 - Modelo de Declaração art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021

Ao Pregoeiro(a) do Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto de São José do Rio Preto, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na _____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

_____, _____ de _____ de _____
(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)

TIMBRE DA LICITANTE

ANEXO 8

PREGÃO ELETRÔNICO 42/2024 - SeMAE

FOLHA DE DADOS DA LICITANTE

1 - NOME DA EMPRESA, ENDEREÇO COMPLETO, CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:

2 - DADOS DO REPRESENTANTE QUE IRÁ ASSINAR O CONTRATO:

- NOME:
- CARGO:
- RG:
- CPF:
- E-MAIL INSTITUCIONAL:
- E-MAIL PESSOAL:

3 - TELEFONE/CELULAR PARA CONTATO:

4 - BANCO EM QUE DEVERÁ SER FEITO O DEPÓSITO DO PAGAMENTO NO CASO DE CONTRATAÇÃO:

- BANCO:
- AGÊNCIA:
- CONTA CORRENTE:

_____, ____ de _____ de 2024.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO 9
MINUTA DO FUTURO CONTRATO n° ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 42/2024 - PROCESSO SeMAE 48/2024

O **SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SeMAE**, Autarquia Municipal de São José do Rio Preto, sito a rua Antônio de Godoy, 2181, inscrito no CNPJ n.º 04.691.691/0001-78, na qualidade de **CONTRATANTE**, representado por seu _____ e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede à (qualificar endereço) _____, na Cidade e Comarca de _____, CEP: _____, aqui representada por _____, devidamente qualificado nos autos com base na Licitação/SeMAE, **Pregão Eletrônico nº 42/2024**, regida pela Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, celebram o presente CONTRATO sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de atuadores elétricos para reposição dos equipamentos existentes da ETA/Palácio das Águas e EEE Talhado**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	PRODUTO	Unidade	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa)** dias contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____) conforme sua proposta comercial, bem como o registrado na Ata da sessão do PREGÃO.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

ref

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias mediante a entrega, recebimento e aceitação do objeto pelo SeMAE. O pagamento será na forma de crédito em conta bancária, qual seja:

Banco: _____

Agência nº.: _____

Conta Corrente nº.: _____

6.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada, para que sejam refeitas.

6.3. A CONTRATADA, se for o caso, ficará sujeita a retenção dos valores referentes à ISSQN, INSS, IRRF e outros impostos/taxas, conforme legislação vigente.

6.3.1. O SeMAE reterá o IRRF de materiais e serviços de acordo com a Instrução Normativa da RFB nº 1.234/2012, ficando excetuadas as contratadas que apresentarem as declarações conforme os anexos II, III e IV da referida instrução.

6.4. Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo CONTRATANTE, da fatura apresentada pela CONTRATADA, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, que será feita "pro rata die", para tal utilizando-se o menor índice de inflação dentre os seguintes: IGPM/FGV e IPCA/IBGE, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios à taxa de 1% ao mês, "pro rata die".

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (IPC-A), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

ref

- 8.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Coordenadoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.** A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.
- 8.12.** Se for o caso, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;
- 9.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.4.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8.** Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.8.1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.8.2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.8.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 9.8.4.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, no caso de contratação de serviços;
- 9.8.5.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.8.6.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

ref

- 9.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - Multa:**
 - Moratória de 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
 - Moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
 - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.

ref

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- ref

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta de recursos próprios do Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto de São José do Rio Preto, conforme dotação orçamentária: Departamento de Sistema de Água, reserva 236/2024 com dotação 03.02.17.512.0032.2.038.449052.04.110000, constante do Orçamento do SeMAE para o exercício financeiro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da coordenadoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

ref

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, respondendo a parte vencida por todos os ônus decorrentes da demanda.

São José do Rio Preto,

SERVIÇO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Superintendente
CONTRATANTE

EMPRESA
Representante
CONTRATADA

ref

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*